anterior ao concurso (Anexo I) e nela o candidato deverá revelar cultura aprofundada no assunto.

5.5.1. A matéria para a prova didática será sorteada com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, de uma lista de 10 (dez) pontos, organizada pela Comissão Julgadora

5.5.2. A prova didática terá duração de 50 (cinquenta) a 60 (sessenta) minutos, e nela o candidato desenvolverá o assunto do ponto sorteado, vedada a simples leitura do texto da aula, mas facultando-se, com prévia aprovação da Comissão Julgadora, o emprego de roteiros, apontamentos, tabelas, gráficos, diapositivos ou outros recursos pedagógicos utilizáveis na exposição.

5.6. As provas orais do presente concurso público serão realizadas em sessão pública. É vedado aos candidatos assistir às provas dos demais candidatos.

5.7. A Comissão Julgadora poderá ou não descontar pontos quando o candidato não atingir o tempo mínimo ou exceder o tempo máximo pré-determinado para as provas didática e de arquição.

6. DA AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROVAS

6.1. As provas de títulos, arguição, didática e específica terão caráter classificatório.

6.1.1. A prova específica também terá caráter eliminatório, caso compareçam mais de 08 (oito) candidatos.

6.1.1.1. Na hipótese da prova específica ter caráter elimina tório, deverá ser observado o seguinte procedimento:

a) ao final da prova específica cada examinador atribuirá ao candidato uma nota de 0 (zero) a 10 (dez), considerando o previsto no item 5.2 deste edital:

b) após a atribuição das notas, o resultado da prova específica será imediatamente proclamado pela Comissão Julgadora em sessão nública:

c) serão considerados aprovados na prova específica com caráter eliminatório os candidatos que obtiverem notas iguais ou superiores a 07 (sete), de, no mínimo, 03 (três) dos 05 (cinco) examinadores;

d) somente participarão das demais provas do concurso público os candidatos aprovados na prova específica;

e) as notas atribuídas na prova específica por cada um dos examinadores aos candidatos aprovados serão computadas ao final do concurso público para fins de classificação, nos termos do item 6.3 deste edital.

6.2. Ao final de cada uma das provas previstas no subitem 5.1 deste edital, cada examinador atribuirá ao candidato uma nota de 0 (zero) a 10 (dez).

6.2.1. As notas de cada prova serão atribuídas individualmente pelos integrantes da Comissão Julgadora e colocadas em envelope lacrado e rubricado, após a realização de cada prova. Ao final de todas as provas do concurso, em sessão pública, os envelopes serão abertos pela Comissão Julgadora.

6.2.2. Caso a prova específica não tenha caráter eliminatório, a nota atribuída nesta prova deverá ser divulgada no final do concurso, nos termos do subitem 6.2.1.

6.3. Ao término das provas, cada candidato terá de cada examinador uma nota final, que será a média ponderada das notas atribuídas pelo examinador ao candidato.

6.3.1. As notas finais serão calculadas até a casa dos centésimos, desprezando-se o algarismo de ordem centesimal, se inferior a cinco e aumentando-se o algarismo da casa decimal para o número subsequente, se o algarismo da ordem centesimal for igual ou superior a cinco.

6.3.2. Cada examinador fará a classificação dos candidatos pela sequência decrescente das notas finais por ele apuradas e indicará o(s) candidato(s) para preenchimento da(s) vaga(s) existente(s), de acordo com as notas finais obtidas nos termos do item anterior. O próprio examinador decidirá os casos de empate, com critérios que considerar pertinentes.

6.4. A Comissão Julgadora, em sessão reservada, depois de divulgadas as notas e apurados os resultados, emitirá parecer circunstanciado sobre o resultado do concurso justificando a indicação feita, da qual deverá constar tabela e/ou textos contendo as notas, as médias e a classificação dos candidatos. Também deverão constar do relatório os critérios de julgamento adotados para avaliação de cada uma das provas. Todos os documentos e anotações feitas pela Comissão Julgadora para atribuição das notas deverão ser anexados ao processo do presente concurso público.

6.4.1. Ao relatório da Comissão Julgadora poderão ser acrescentados relatórios individuais de seus membros.

6.5. O resultado do concurso será imediatamente proclama do pela Comissão Julgadora em sessão pública.

6.5.1. Serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem, da maioria dos examinadores, nota final mínima sete.

6.5.2. Será indicado para nomeação o candidato que obtiver o primeiro lugar, isto é, maior número de indicações da Comissão Julgadora.

6.5.3. O empate nas indicações será decidido pela Comissão Julgadora, prevalecendo sucessivamente a média geral obtida e o maior título universitário. Persistindo o empate a decisão caberá, por votação, à Comissão Julgadora. O presidente terá voto de desempate, se couber.

6.5.4. Excluído o candidato em primeiro lugar, procedimento idêntico será efetivado para determinação do candidato aprovado em segundo lugar, e assim subsequentemente até a classificação do último candidato aprovado.

6.5.4.1. Para as classificações seguintes deverão ser desconsideradas as indicações do candidato já classificado e considerada a ordem de classificação feita por cada um dos examinadores para os candidatos remanescentes.

6.6. As sessões de que tratam os itens 6.2.1 e 6.5 serão realizadas no mesmo dia em horários previamente divulgados.

6.7. O parecer da Comissão Julgadora será submetido à Congregação do Instituto de Economia, que só poderá rejeitá-lo,

no todo ou em parte, por 2/3 (dois terços) de seus membros presentes, quando unânime, ou por maioria absoluta, também de seus membros presentes, quando o parecer apresentar ape nas três assinaturas concordantes dos membros da Comissão Julgadora. 6.8. O resultado final do concurso será submetido à homolo-

gação da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE.

6.9. A relação dos candidatos aprovados será publicada no Diário Oficial do Estado, com as respectivas classificações.

7. DA FLIMINAÇÃO

7.1. Será eliminado do concurso público o candidato que: a) - Deixar de atender às convocações da Comissão Julgadora;

b) - Não comparecer ao sorteio do ponto da prova didática: c) - Não comparecer a qualquer uma das provas, exceto a prova de títulos.

8. DO RECURSO

8.1. O candidato poderá interpor recurso contra o resultado do concurso, exclusivamente de nulidade, ao Conselho Universitário, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da publicação prevista no item 6.9 deste edital.

8.1.1. O recurso deverá ser protocolado na Secretaria Geral da UNICAMP. 8.1.2. Não será aceito recurso via postal, via fac-símile ou

correio eletrônico.

8.1.3. Recursos extemporâneos não serão recebidos.

8.2. O resultado do recurso será divulgado no site da Secretaria Geral da UNICAMP (www.sg.unicamp.br)

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais o candidato não poderá alegar qualquer espécie de desconhecimento.

9.2. As convocações, avisos e resultados do concurso serão publicados no Diário Oficial do Estado e estarão disponíveis no . site www.sg.unicamp.br, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato o seu acompanhamento.

9.3. Se os prazos de inscrição e/ou recurso terminarem em dia em que não há expediente na Universidade, no sábado. domingo ou feriado, estes ficarão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente.

a contar da data de publicação no Diário Oficial do Estado da homologação dos resultados pela CEPE, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período. 9.4.1. Durante o prazo de validade do concurso poderão ser providos os cargos que vierem a vagar, para aproveitamento de

9.4. O prazo de validade do concurso será de 1(um) ano.

em concurso. 9.5. A critério da Unidade de Ensino e Pesquisa, ao candidato aprovado e admitido poderão ser atribuídas outras disciplinas além das referidas na área do concurso, desde que referentes à área do concurso ou de sua área de atuação.

candidatos aprovados na disciplina ou conjunto de disciplinas

9.6. O candidato aprovado e admitido somente será considerado estável após o cumprimento do estágio probatório, referente a um período de 03 (três) anos de efetivo exercício durante o qual será submetido à avaliação especial de desem-

penho, conforme regulamentação prevista pela Universidade. 9.7. Até 60 (sessenta) dias após a publicação da homologação do concurso o candidato poderá solicitar a retirada dos nemoriais (item 3.2.c) entregues no ato da inscrição e que não foram utilizados pela Comissão Julgadora, mediante requerimento protocolado na Secretaria do Instituto de Economia. Após este prazo, se não retirados, os memoriais poderão ser descartados.

9.8. O presente concurso obedecerá às disposições contidas na Deliberação CONSU-A-03/03.

9.8.1. Cópia(s) da(s) Deliberação(ões) mencionada(s) poderá(ão) ser obtida(s) no sitio www.sq.unicamp.br ou junto Secretaria do Instituto de Economia, que poderá prestar quaisquer outras informações relacionadas ao concurso público.

9.9. Os itens deste edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de convocação para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado.

Anexo I - Programas das Disciplinas

HO-804 TRABALHO E PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL Padrões de desenvolvimento, mercado de trabalho e a

questão social 2. Formação e características estruturais do mercado de trabalho brasileiro

3. Evolução da estrutura social, trabalho e sindicalismo

4. Regulação do trabalho e instituições públicas

5. Mercado de trabalho e proteção social

6. Estrutura e mobilidade social no Brasil nos anos 2000 7. Políticas de transferência de renda e combate à pobreza

no Brasil 8. Tendências recentes do mercado de trabalho brasileiro

9. Políticas públicas de mercado de trabalho e inclusão social

10. O sistema de proteção social brasileiro na atualidade **BIBLIOGRAFIA** AURELIANO, L.: DRAIBE, S.M. A especificidade do "Welfare

State" brasileiro. In: BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. A política social em tempo de crise: articulação ins-

titucional e descentralização. Brasília: MPAS; CEPAL, 1989. v. 4. AZEREDO, B. Políticas públicas de emprego: a experiência brasileira. São Paulo: ABET, 1998.

BALTAR, P. Estrutura econômica e emprego urbano na década de 90. In: PRONI, M.; WILNES, H. (org.). Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90. São Paulo: Unesp; Campinas: Unicamp, 2003.

BALTAR, P. Formação, estruturação e crise do mercado de trabalho no Brasil. In: DEDECCA, C.S.; PRONI, M.W. (org.) Políticas públicas e trabalho. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego; Unitrabalho, 2006.

BALTAR, P. O mercado de trabalho no Brasil dos anos 90. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2003. (Tese, Livre Docência em Economia)

BARBOSA DE OLIVEIRA, C. A. A formação do mercado de trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, M. A. (org.) Economia & traba-Iho. Campinas: Unicamp, 1998. BARBOSA DE OLIVEIRA, C. A. Contrato coletivo e relações de

trabalho no Brasil. In: BARBOSA DE OLIVEIRA, C. A. et al. (orgs.) O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século. São Paulo: Scritta, 1994. BARBOSA DE OLIVEIRA, C. A.; HENRIQUE, W. Determinan-

tes da pobreza no Brasil: um roteiro de estudo. São Paulo em Perspectiva, Fundação Seade, v. 4, n. 2, p.25-28, abr/jun. 1990.

BARROS SILVA, P. L. Política de proteção social no Brasil pós-1995: natureza, alcance e limites da intervenção estatal. In: DEDECCA, C. S.; PRONI, M. W. (orgs.) Economia e proteção social Brasília: MTE; Unitrabalho, 2006.

CACCIAMALI, M. C. Globalização e processo de informalidade. Economia e Sociedade, Campinas, n. 14, p. 153-174, 2000. CACCIAMALI, M. C.; CAMILLO, V. S. Redução da desigualdade da distribuição de renda entre 2001 e 2006 nas macrorregiões brasileiras: tendência ou fenômeno transitório? Economia e Sociedade, Campinas, v. 18, n. 2 (36), p. 287-316, 2009.

CALVETE, C. A redução da jornada de trabalho em questão. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 31, n.2, p. 431-450, dez. 2010.

CARDOSO JR., J. C. Mundo do trabalho e (des)proteção social. Campinas: Unicamp.IE, 2013. (Tese, Doutorado em Ciência Econômica)

CARLEIAL, L.; VALLE, R. (orgs.) Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil, São Paulo: Hucitec: Abet, 1997.

CHAHAD, J. P. Flexibilidade e segurança: a busca da melhoria da proteção social dos trabalhadores brasileiros. In: WELLER, J. (ed.) O novo cenário laboral latino-americano: regulação. proteção e políticas ativas nos mercados de trabalho. Santiago

COHN, A.; FONSECA, A. M. O Bolsa Família e a questão social. Teoria e Debate, Fundação Perseu Abramo, n. 57, mar/

DI GIOVANNI, G. Sistemas de proteção social: uma introduão conceitual. In: OLIVEIRA, M. A. de (org.) Reforma do Estado & políticas de emprego no Brasil. Campinas: Unicamp, 1998.

DI GIOVANNI, G.; PRONI, M. W. Metamorfose do Estado, proteção social e cidadania. In: DEDECCA, C. S.; PRONI, M. W. (orgs.) Economia e proteção social. Brasília: MTE; Unitrabalho.

DRAIBE, S. M. O sistema brasileiro de proteção social: o legado desenvolvimentista e a agenda recente de reformas. Caderno de Pesquisa n. 32, Campinas, NEPP/Unicamp, 1998. DRAIBE, S. M. A política social no período FHC e o sistema

de proteção social. Tempo Social. São Paulo, USP, ano 4, vol. 15. n. 2, p. 63-101, novembro, 2003. FAGNANI, E. Política social no Brasil (1964-2002): entre a cidadania e a caridade. Campinas: Unicamp. 2005. (Tese. Dou-

FAGNANI, E. A política social do Governo Lula (2003-2010): erspectiva histórica. Texto para Discussão n. 192, Campinas, IE/ UNICAMP, junho, 2011.

torado em Economia).

HENRIQUE. W. O capitalismo selvagem: um estudo sobre desigualdade no Brasil. Campinas: Unicamp, 1999. (Tese, Doutorado em Economia)

HENRIQUE, W. Questão social e políticas sociais no Brasil. In: OLIVEIRA, M. A. (org.) Economia e trabalho. Campinas, SP: Unicamp, 1998. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Síntese

de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Estudos e Pesquisas, n. 27, 2010. IPEA. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. Política

social – acompanhamento e análise (1995/2005), Brasília, n. 13, 2007 (edição especial).

IPEA. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. Brasil desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2009.

JACCOUD, L. Pobres, pobreza e cidadania: os desafios recentes da proteção social. Texto para Discussão n. 1372, IPEA, Rio de Janeiro, jan. 2009. (Série Seguridade Social)

KREIN, J. D. As relações de trabalho na era do neoliberalismo Brasil, São Paulo: LTr. 2013.

KREIN, J. D.; SANTOS, A.; NUNES, B. T. O trabalho no governo Lula: avanços e contradições. Revista da ABET, v. X, n. 2, jul/

LAVINAS, L. Brasil, de la reducción de la pobreza al compromiso de erradicar la miseria. Revista CIDOB d'Afers Internacionals, Barcelona, n. 97-98, p.67-86, abr. 2012.

LEONE, E. T.; MAIA, A. G.; BALTAR, P. Mudanças na comsição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil. Economia e Sociedade, v. 19, n.1 (38), p.59-78, 2010.

LESSA, C; SALM, C.; SOARES, L. T.; DAIN, S. Pobreza e política social: a exclusão nos anos 90. Revista Praga - estudos marxistas, São Paulo, n. 3, p. 63-87, setembro, 1997.

MARQUES, R. M. Política de transferência de renda no Brasil: experiência do Bolsa Família. Sociedade e Cultura, v. 11, n. 2, p. 237-243, jul/dez. 2008.

NERI, M. A nova classe média: o lado brilhante dos pobres. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

PAES DE BARROS, R.; CARVALHO, M. de; FRANCO, S.; MEN-DONÇA, R. A queda recente da desigualdade de renda no Brasil. Texto para Discussão n. 1258, IPEA, jan. 2007.

POCHMANN, M. (org.) Políticas de inclusão social: resultados e avaliação. São Paulo: Cortez, 2004.

POCHMANN, M. Subdesenvolvimento e trabalho. São Paulo LTr, 2013.

QUADROS, W. A evolução recente da estrutura social brasileira. Texto para Discussão n. 148, Unicamp.IE, Campinas, outubro. 2008

QUADROS, W. Melhorias sociais no período 2004-2008. Texto para Discussão n. 176, Unicamp.IE, Campinas, maio, 2010. OUADROS, W. Em 2009 a heterodoxia afastou a crise social Texto para Discussão n. 189, Unicamp.IE, Campinas, março, 2011 ROCHA, S. Pobreza no Brasil: afinal, do que se trata? Rio de

Janeiro: Ed. FGV, 2003. SABOIA, J. et al. Tendências da qualificação da força de trabalho no Brasil. In: KUPFER, D.; LAPLANE, M.; HIRATUKA, C. (coord.) Perspectivas do investimento no Brasil: temas transver

sais. Rio de Janeiro: Synergia; UFRJ, 2010. SOARES, S.; SÁTYRO, N. O programa Bolsa Família: dese nho institucional e possibilidades futuras. In: CASTRO, J. A. de; MODESTO, L. (orgs.). Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios. Brasília: IPEA, 2010. v.1.

CF-592 ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA I

1. A crise econômica nos anos 60

2. As políticas de estabilização e o Plano Trienal

3. O significado do Golpe Militar 4. O PAEG e as reformas institucionais

5. O milagre econômico

6. Financiamento e endividamento externo nos anos 70 7. A modernização da agricultura

8. O esgotamento do ciclo expansivo e a crise internacional 9. Distribuição de renda e desigualdade social 10. O II PND e as diretrizes da política econômica

11. Aceleração inflacionária e desaceleração do crescimento 12. Recessão econômica e descontrole da inflação nos anos 80

13. A política de ajuste baseada no superávit comercial 14. A crise fiscal do Estado brasileiro

Bibliografia ABREU, M. P. Inflação, estagnação e ruptura: 1961-1964. In: ABREU, M. P. (org.) A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus,

ARIDA, P.; RESENDE, A. L. Inflação inercial e reforma monetária: Brasil. In: ARIDA, P. (org.) Inflação zero: Brasil, Argentina e Israel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BAER, M. O rumo perdido: a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. BARROS GUIMARÃES, C. M. C. 1964 Estado e economia:

a nova relação. Tese de Doutoramento. Instituto de Economia Unicamp, Campinas, 1990. BELLUZZO, L. G. e ALMEIDA, J. S. A crise da dívida e suas repercussões sobre a economia brasileira. In: BELLUZZO; BATISTA Jr. (orgs.) A luta pela sobrevivência da moeda nacional. Rio de

BELLUZZO, L. G.; ALMEIDA, J. S. Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Janeiro: Paz e Terra, 1992.

CARDOSO DE MELLO, J. M.; NOVAIS, F. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. São Paulo: Ed. Unesp; Campinas: CARDOSO DE MELLO, J. M.; BELLUZZO, L. G. M. Reflexões

sobre a crise atual. In: BELLUZZO, L. G. M; COUTINHO, R. (orgs.) Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise. Campinas: IE Unicamp, 1998, v. 1.

CARNEIRO, R. Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Ed. Unesp/ IE-Unicamp, 2002.

CASTRO, A. B.; SOUZA, F. E. P. de. A economia brasileira em marcha forçada. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

DAVIDOFF CRUZ, P. Endividamento externo e transferência de recursos reais para o exterior: os setores público e privado na crise dos anos 80. Revista Nova Economia, UFMG, v.4, n. 1, agosto 1995.

DAVIDOFF CRUZ, P. Dívida externa e política econômica: a experiência brasileira dos anos 70. São Paulo: Brasiliense, 1984. DAVIDOFF CRUZ, P. Ignácio Rangel, um pioneiro: o debate econômico do início dos anos sessenta. Campinas: UNICAMP,

1980. (Dissertação de Mestrado) DAVIDOFF CRUZ. P. Notas sobre o financiamento de longo prazo na economia brasileira do após guerra. Economia e Socie-

dade, nº 3, Campinas, dezembro de 1994. FIORI, J. L. Reforma ou sucata: o dilema estratégico do setor público brasileiro. Nova Economia, vol. 3, n. 1, set. 1993.

FISHLOW, A. Algumas reflexões sobre a política econômica brasileira após 1964. Estudos Cebrap 7, jan-mar/71, p. 7-24.

FURTADO, C. A fantasia desfeita. Rio de Janeiro: Paz e

FURTADO, C. Um projeto para o Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Saga, 1968. GOLDENSTEIN, L. Os percalços da política econômica reces

siva (81/82). Revista de Economia Política n. 11, jul-set/1983. GONÇALVES NETO, W. Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980). São Paulo: Hucitec, 1997. HENRIQUE, W. O capitalismo selvagem: um estudo sobre

desigualdade no Brasil. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1999. (Tese de Doutoramento) HOFFMANN, R. Tendências da distribuição de renda no Brasil e suas relações com o desenvolvimento econômico. In: R. TOLIPAN: A.C. TINELLI (orgs.) A controvérsia sobre distribuição de

renda e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. LESSA, C. Visão crítica do II PND. Revista Tibiriçá n. 6, jan/ mar, 1977.

OLIVEIRA, F. - A reforma tributária de 1966 e a acumulação capital no Brasil. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1999. MACARINI, J. P. A política econômica do governo Médici:

1970-1973. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, set/ MENDONÇA DE BARROS, L. C. A moeda indexada. Economia

e Sociedade, Campinas, n. 2. 1992. REGO, J. M. (org.) Inflação inercial, teorias sobre inflação e Plano Cruzado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

RESENDE, A. L. A ruptura do mercado internacional de crédi to. In: ARIDA, P. (org.) Dívida externa, recessão e ajuste estrutural Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

RESENDE, A. L. Estabilização e reforma: 1964-1967. In: ABREU, M. P. (org.) A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus,

SERRA, J. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do após guerra. In: BELLUZZO, L. G. M; COUTINHO, R. (orgs.) Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise. Campinas: IE Unicamp, 1998, v. 1.

SIMONSEN, M. H.; CAMPOS, R. A nova economia brasileira. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1979.

SKIDMORE, T. Brasil de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Ed. Saga, 1969.

SOCHACZEWSKI, A. C. Desenvolvimento econômico e financeiro do Brasil 1952-1968. São Paulo: Trajetória Cultural, 1991. SUZIGAN, W.; BONELLI, R. Crescimento industrial no Brasil. Relatório de Pesquisa n. 26, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1974.

SZMRECSÁNYI, T. Análise crítica das políticas para o setor agropecuário. In: BELLUZZO, L. G. M; COUTINHO, R. (orgs.) Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise. Campinas: IE Unicamp, 1998, v. 2.

TAVARES, M. C. Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira. Campinas: Unicamp, 1978. (Tese, Professor Titular)

TAVARES, M. C. A retomada da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (orgs.) Poder e dinheiro. Uma economia política da globalização. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1998. TAVARES, M. C. Acumulação de capital e industrialização no Brasil. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.

TAVARES, M. C.; SERRA, J. Mais além da estagnação. In: TAVARES, M. C. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1972.

TAVARES, M. C.; ASSIS, J. C. O grande salto para o caos. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1985.

TAVARES, M. C.; MELIN, L. E. Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (orgs.) Poder e dinheiro. Uma economia política da globalização. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1998.

TEIXEIRA, A. O ajuste impossível. Campinas: IE/UNICAMP, 1983. (Tese de Doutorado)

TEIXEIRA, A. O movimento da industrialização nas economias capitalistas centrais no pós-guerra. Texto para discussão, n. 25, UFRJ, IEI, 1983.

TEIXEIRA, A. Vinte anos de política econômica. In: SEADE (ed.) São Paulo no limiar do século XXI. São Paulo: Seade, 1992. ZINI, J. A. Uma avaliação do setor financeiro no Brasil da reforma de 1964/65 a crise dos anos oitenta. Campinas: UNI-

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

REITORIA

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO

CAMP, 1991. (Dissertação de Mestrado)

Processo nº: 161/50/1/2013 Interessado: Centro de Estudos Ambientais

Despacho nº: 886/2013-RUNESP No uso de minhas atribuições legais, DECLARO HOMOLO-GADO o Resultado Final do Concurso Público para provimento, de 01 (uma) função autárquica de Pesquisador III, em Regime de Tempo Integral, na área de Ecologia de Microrganismos do Solo,

junto ao Centro de Estudos Ambientais. São Paulo, 19 de agosto de 2013

JULIO CEZAR DURIGAN

Reitor

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 42/2013- SP/DTAd

O Diretor Técnico Substituto do Serviço de Pessoal da Reitoria da UNESP, CONVOCA (conforme Despacho nº 660/2013-RUNESP) a candidata abaixo relacionada, habilitada no Concurso Público para provimento, mediante CONTRATAÇÃO do emprego público abaixo discriminado, em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, sob regime jurídico da CLT e Legislação Complementar, a comparecer no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação deste Edital, à Rua Quirino de Andrade, 215 - 1º andar - São Paulo - SP, para anuência à contratação e apresentação de cópias e originais dos documentos comprobatórios das condições exigidas no item 3 do Capítulo II do Edital de Abertura de Inscrições nº 01/2012-PRAd, acrescidos de cópias de: certidão de nascimento ou casamento, CPF, comprovante de inscrição no PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal), cédula de identidade, título de eleitor e comprovante de estar em dia com as obrigações eleitorais, escolaridade exigida no Edital, carteira profissional, 3 fotos 3x4, comprovante de situação cadastral na Receita Federal, Atestado de Antecedentes

Criminais e comprovante de residência atualizado. Por tratar-se de candidata convocada pela lista geral no âmbito da UNESP, a não anuência a esta convocação implicará na exclusão da candidata da lista geral, permanecendo apenas na lista da Unidade da UNESP a qual se inscreveu. Caso a candidata assuma o emprego público para o qual

está sendo convocada em Unidade diferente da qual se inscreveu, esta será excluída da lista da Unidade da UNESP de origem, bem como deverá arcar com as despesas decorrentes de sua aceitação. O não comparecimento da candidata dentro do prazo acima

estabelecido, bem como, a recusa à contratação ou se consultada

e contratada deixar de entrar em exercício, terão exaurido os direitos decorrentes da habilitação no Concurso Público. EMPREGO PÚBLICO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II LOTAÇÃO: Instituto de Biotecnologia da UNESP - IBETC NOMÉ - RG - CLASSIFICAÇÃO LISTA GERAL

VIRGINIA BARRETO LORDELLO - 47.830.846-2 - 179 UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

CAMPUS DE ARAÇATUBA

Faculdade de Odontologia

EDITAL nº 56/2013-STDARH - Processo nº 563/2012 - Aber-

Acham-se abertas às inscrições para o concurso público de Títulos e Provas para preenchimento de 01(um) emprego público de Professor Assistente Doutor, em Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa - RDIDP, sob o regime jurídico da CLT e legislação complementar, na disciplina de "Histologia e Embriologia", junto ao Departamento de Ciências Básicas da Faculdade de Odontologia do Campus de Aracatuba.

O concurso foi autorizado pelo Despacho 470/2013-RUNESP de 24/05/2013, publicado no DOE em 25/05/2013, com base no Estatuto e Regimento Geral da Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", bem como ao que estabelece a Resolução UNESP 89/2003, alterada pela Resolução UNESP 76/2009. O concurso destina-se ao preenchimento de 01 (um) empre-

go público de Professor Assistente Doutor, registrado sob o nº 107-RDIDP, criado por meio da Lei Complementar nº 1.185/2012, por tempo indeterminado e até que seja provido o cargo de Professor Assistente na disciplina objeto deste concurso.

1. DA REMUNERAÇÃO

1.1. O salário referente ao emprego público de Professor Assistente Doutor, fixado na categoria MS-3, Nível I, em Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa - RDIDP, corresponde a R\$ 9.184.94 mensais OBS: Caso o candidato tenha título de Livre-Docente, o

salário será o fixado na categoria MS-5, que corresponde a R\$ 10 950 28 2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições serão recebidas, em dias úteis, no período de 26/08 a 24/09/2013, no horário das 9h às 11h e das 14h às